

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA.

**TÍTULO: GÊNERO E PODER POLÍTICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PARINTINS NAS DECADAS DE 1950 E 1960: TRAJETÓRIA DE GEMINIANA  
CAMPOS BULCÃO BRINGEL.**

Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de  
Estudos Superiores de Parintins Universidade do  
Estado do Amazonas Licenciatura em História.

ROGER KENNED REPOLHO DE OLIVEIRA

PARINTINS- AM

Outubro/2018

## **GÊNERO E PODER POLÍTICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: TRAJETÓRIA DE GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL.**

**RESUMO:** Desde a Antiguidade as sociedades tentam submeter as mulheres aos homens. Esta relação de poder tem se refletido nas abordagens históricas, ao iluminar o protagonismo masculino em detrimento à atuação das mulheres. A historiografia do século XX trouxe à baila novos objetos, abordagens e problemas, refletindo as transformações ocorridas na arena política, como as lutas e conquistas do feminismo nos espaços públicos. A “revolução historiográfica” deu vez e voz a novos atores sociais, entre os quais as mulheres. Este artigo versará sobre o protagonismo feminino na atuação política de Geminiana Campos Bulcão Bringel na Câmara Municipal de Parintins. A partir da Metodologia da História Oral, pretendemos analisar a trajetória da vereadora e educadora e aspectos do protagonismo feminino na atuação política de Parintins, no Baixo Amazonas. Nas memórias sobre sua atuação, histórias de lutas políticas travadas dentro e fora da Câmara Municipal de Parintins, entre as décadas de 1950 e 1960, reveladoras das transformações e conquistas, muitas vezes motivadas ou atravessadas pelas desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** História oral, Gênero, Memória, Patriarcado.

### **UMA PARINTINENSE FAZENDO GÊNERO.**

Este artigo versará sobre o protagonismo feminino na atuação política de Geminiana Campos Bulcão Bringel na Câmara Municipal de Parintins, nas décadas de 1950 e 1960. Para tanto visitamos os processos políticos partidários no município de Parintins, entre 1956 e 1968, no intuito de iluminar suas estratégias de resistências ao modelo patriarcal de estruturação da sociedade, nas esferas públicas e política na Ilha Tupinambarana. Para isso cotejamos os documentos da Câmara Municipal de Parintins, publicados no livro *História e memória política do Município de Parintins*. A pesquisa que originou o presente artigo buscou investigar o pioneirismo e o protagonismo da professora e vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, analisando sua trajetória política em um tempo e espaço de poder generificado, ou seja, majoritariamente

masculino. Para daí recuperar aspectos socioculturais que lhe configuram e dão forma e a partir da perspectiva das relações de gênero e de poder político, reconstruir parte da história de Parintins.

Geminiana Campos Bulcão Bringel nasceu em Parintins no início da década de 1920. A sua data de nascimento parece ser controversa. Em alguns documentos, como o título de eleitor há a indicação de 10 de julho de 1923<sup>1</sup>, em seu curriculum vitae seu nascimento teria ocorrido no mesmo dia e mês do ano de 1926<sup>2</sup>. Primeira mulher eleita vereadora em Parintins, na legislatura entre 1954 e 1968, atuou como professora, supervisora escolar e diretora da Unidade Educacional em Parintins. Sua inserção na política de Parintins ocorre, aproximadamente duas décadas após a conquista do voto feminino no Brasil, ocorrida em 1932, quando da promulgação do Novo Código Eleitoral. E anterior as manifestações feministas ocorridas na Europa e Estados Unidos na década de 1960 e no Brasil em 1970 (REGINA, 2010). Nesse sentido a trajetória de Geminiana Bringel parece ter sido marcada por um pioneirismo político e protagonismo feminista. Ao ocupar um assento na Câmara de Vereadores adentra e atua no interior na arena do poder político local, um lócus de poder caro ao patriarcado ocidental, especialmente no Brasil no Baixo Amazonas.

Em 1956 Geminiana Bringel iniciou sua atuação na carreira política ao assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores de Parintins, como suplente do vereador Acioly Teixeira (1956-1959). Entre 1960 e 1963 cumpre o mandato de vereadora, sendo eleita em 1963 vice-presidente da câmara do município. Este cargo lhe permitiu assumir a Prefeitura de Parintins quando das ausências do Prefeito e do Vice Prefeito (BUTEL, 1978).

Meu contato com a temática “feminismo, gênero e poder político na Parintins” teve início no ano de 2016. No contexto do questionamento da atuação, ação e gestão de uma mulher no mais alto cargo da República brasileira. O impedimento da mais alta mandatária da República levou-me a buscar no passado da política de Parintins o lugar da mulher na política do Baixo Amazonas e do Brasil.

Na Câmara Municipal de Parintins fiz um levantamento de documentos sobre a participação das mulheres, naquela casa, e os projetos de leis e ações destas registradas nos acervos da instituição parlamentar. A partir da metodologia da história oral (ALBERTI, 2000; FERREIRA, 1994; MEHY, 1998) e dos estudos de memória

---

<sup>1</sup> Acervo pessoal de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Depositado no acervo do GEHA/UEA.

<sup>2</sup> Acervo pessoal de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Depositado no acervo do GEHA/UEA.

(POLLAK, 1992, 1989) e orientado pelas leituras sobre a história das mulheres (SOIHET, 1997; SCOTT, 1989) e das relações de gênero (MESQUITA, 1997; PASSOS; 2001; CAMPOS, 2008;) iniciei uma investigação, preliminar sobre o papel das mulheres. E pesquisei as trajetórias das professoras e vereadoras Geminiana Campos Bulcão Bringel<sup>3</sup>, Valdete Preste Pimentel<sup>4</sup> e Clotilde Cruz Valente<sup>5</sup>. Na fase preliminar a pesquisa estava orientada por questões, a saber: Qual o lugar da mulher no cenário político de Parintins? Qual a relevância de uma história da atuação política das mulheres em Parintins? Qual a relação dessas atuações com os projetos e os processos históricos e políticos nacional?

No decorrer da investigação o foco da pesquisa deslocou-se para a reflexão sobre como pensar a trajetória de Geminiana Bringel expressando experiências de pioneirismo e protagonismo feminista da Parintins das décadas de 1950 e 1960.

E parece ter aberto espaço para outras mulheres atuarem, posteriormente, como as vereadoras Valdete Preste Pimentel e Clotilde Cruz Valente, seguidoras da seara da luta política motivadas, sobretudo, contra as desigualdades de gênero em Parintins. Nesse sentido ainda estar por ser feito uma investigação mais densa sobre a dimensão feminista presente na trajetória política da professora e vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel. Tal investimento parece ser uma significativa contribuição para os estudos históricos dedicados as desigualdades de gênero na Amazônia.

## **HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA.**

Segundo Verena Alberti, história oral é uma metodologia de pesquisa e produção de fontes difundida a partir da segunda metade do século XX. A história traz novas possibilidades de estudos ao dar vez e voz a novos temas e abordagens e novas versões até então relatadas por não possuírem “legitimidade” em seus depoimentos, devido a sua posição na social sociedade a qual vive:

Ela proporciona também perspectivas muitas às vezes não encontradas em outros trabalhos históricos como depoimentos esquecidos, versões menosprezadas história de movimentos sociais onde uma vertente da história oral se tenha construído com uma ligação a da história dos excluídos. (MORAES, 1994, p. 171).

---

<sup>3</sup> Dados biográficos. Sobre o material de pesquisa produzido ver: acervo pessoal depositada no acervo do GEHA/UEA

<sup>4</sup> Dados biográficos. Sobre o material de pesquisa produzido ver: entrevista no dia dois de dezembro de 2016, depositada no acervo do GEHA/UEA

<sup>5</sup> Dados biográficos. Sobre o material de pesquisa produzido ver: entrevista no dia primeiro de abril de 2016, depositada no acervo do GEHA/UEA

Apesar de ser uma história de resistência, a história oral vem ganhando mais aceitação no campo acadêmico e em diversas áreas dada a sua vocação interdisciplinar.

Segundo Verena Alberti:

O trabalho de história oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura e a Psicologia por exemplo. Trata-se, pois, de uma metodologia interdisciplinar por excelência. (ALBERTI, 2001, p. 156)

Por ser um método de pesquisa que registra o testemunho, a experiência, a história oral se aplica a chamada história do tempo presente, ou seja, aos eventos ocorridos no pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, “A memória só pode acionar o passado até certo limite e é o tempo que a limita de conhecer os fatos por isso não há como ter parcerias entre ambas segundo Maurice Halbwachs”. (FERREIRA, 2000, p 24).

Mas o historiador deve ter em mente que a memória vive em total função do presente, e que alguns grupos fazem o uso da memória para legitimar-se alguma característica que se quer perpassar.

A memória se esclarece pelo presente, presente este que incentiva a memória a partir de um determinado grupo. Explicando assim que o presente influencia a memória a retirar de seu passado apenas alguns elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e com coerência. (FERREIRA, 2000, p. 24).

Então cabe ao historiador o papel crítico dessa fonte para fazer uma análise, para identificar o que determinada memória pode trazer consigo, o que ela tenta esconder, e encontrar os porquês.

A memória não quer dizer apenas o que indivíduo quer representar, mas também uma representação de como ele quer ser visto e como ele quer que as outras pessoas o vejam. Segundo Michael Pollak,

A imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta os outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser recebida da maneira como quer ser recebida pelos outros. (POLLACK, 1992, pg. 5).

Para o desenvolvimento da pesquisa que antecedeu a elaboração desse artigo,

tive entrevistas como concedidas por Ângela Reis<sup>6</sup>, que foi filha adotiva de Geminiana Bulcão e que possui uma memória sobre a professora e vereadora.

Eu fui morar com ela então era a residência de pessoas que eram tidos como pessoas importantes da cidade né? O marido dela era delegado hoje lá aonde é o Mini Shopping, era a delegacia, então lá era onde foi onde eu conheci e onde eu fiquei morando com ela né?<sup>7</sup>.

E amigos como Clotilde Cruz Valente<sup>8</sup>, “Geminiana foi minha colega de curso na UERJ, ela era também supervisora escolar, estudamos juntas, era professora, ela também foi diretora aqui da unidade educacional de Parintins”<sup>9</sup>. Elcy Barbosa da Silva Aguiar<sup>10</sup> que possui uma memória da professora e vereadora da forma que ela se portava e como era seu posicionamento, pois segundo a mesma ela, “era uma mulher de fibra, uma mulher política, a primeira vereadora que teve em Parintins”<sup>11</sup>. Raimunda Ribeiro da Silva<sup>12</sup> que conviveu também com a professora e diz que, “ela era muito nossa amiga” e “amiga da mamãe”<sup>13</sup>. E outros, que possuem uma memória da atuação pública e política de Geminiana como Fatima Guedes<sup>14</sup>, Gerald Soares de Medeiros<sup>15</sup>, José Maria Pinheiro<sup>16</sup>, Orlando da Silva Rata<sup>17</sup> e Valdete Preste Pimentel<sup>18</sup>.

## **PATRIARCADO E CIVILIZAÇÃO**

Surgido junto com as civilizações o patriarcado tem restringido a ação das mulheres desde as sociedades antigas. Mas especificamente no caso da experiência política de mulheres na sociedade do Baixo Amazonas no século XX, como as mulheres líderes políticas lidam com a desigualdade de gênero decorrente do sistema patriarcal estruturante da sociedade ocidental?

Com o surgimento da agricultura, decorrente da aplicação de novas técnicas para

<sup>6</sup> Nasceu no interior de Parintins em 1956, filha de Maria do Carmo Rodrigues Reis e Adelson Ferreira Reis.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com Ângela Reis no dia 06 de novembro de 2017.

<sup>8</sup> Nasceu em Parintins em 04 de abril de 1947, filha de Amarilda da Cruz Valente e Carminho Valente.

<sup>9</sup> Entrevista realizada com Clotilde da Cruz Valente no dia 01 de abril de 2017.

<sup>10</sup> Nasceu em 17/09/1954, no Paraná do Jacaré, no município de Nhamundá. Entrevista realizada em 02 de novembro de 2017.

<sup>11</sup> Entrevista realizada com Elcy Barbosa da Silva Aguiar no dia 02 de novembro de 2017.

<sup>12</sup> Nasceu em Parintins em 09 de setembro de 1937, filha de Custódio Dultra da Silva e Antônia Ribeiro da Silva. Entrevista realizada em 30 de novembro de 2016.

<sup>13</sup> Entrevista realizada com Raimunda Ribeiro no dia 30 de novembro de 2016.

<sup>14</sup> Nasceu na comunidade de Vila de Amazônia, Parintins, em 21 de junho de 1952, filha de Olavo Guedes de Araújo e Jovertina Guedes de Araújo. Entrevista realizada em 05 de dezembro de 2016.

<sup>15</sup> Gerald Soares de Medeiros nasceu em 24 de maio de 1934, na cidade Solano Bananeiras, Paraíba.

<sup>16</sup> José Maria Pinheiro nasceu em 07 de março de 1945, no município de Parintins.

<sup>17</sup> Orlando da Silva Rata nasceu em 16 de abril de 1945. Entrevista realizada no dia 16 de junho de 2017.

<sup>18</sup> Valdete Preste Pimentel nasceu em 31 de janeiro de 1952, no município de Parintins.

a exploração do solo e o acúmulo de produção e trocas entre as diversas sociedades da Antiguidade, por volta do ano 3.500 a.C., na Suméria, tem início a civilização mesopotâmica. Com a substituição da caça e da coleta pela agricultura tem fim um sistema de relativa igualdade e início de um sistema de divisão sexual do trabalho, entre homens e mulheres, e desigualdade entre ambos. Por volta do ano 4.000 a.C. inicia em grande parte das sociedades agrícolas, um sistema estrutural de desigualdade entre homens e mulheres, mais conhecido como patriarcado (STEARNS, 2007, pg. 27).

A formação do patriarcado, restringiu a ação das mulheres nas sociedades antigas. Assim sociedades agrícolas impediam as mulheres de possuírem propriedade, independente de seu esposo, bem como restringiam a participação política da mulher na esfera pública (STEARNS, 2007, pg.32). Essas sociedades justificam as desigualdades de direito em função de uma diferença biológica entre homens e mulheres.

Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público. O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso. Muitas mulheres tão intimidadas e isoladas que formas de protesto se tornava improváveis. (STEARNS, 2007, pg. 33).

Ainda sobre a restrição à participação política da mulher, na esfera pública, Stearns observa ter havido uma diferença nas experiências mesopotâmica e egípcia, “enquanto a Mesopotâmia realçava a inferioridade das mulheres e sua sujeição ao controle masculino, a civilização egípcia dava a elas mais créditos” (STEARNS, 2007, p. 35). Apesar do maior espaço na civilização egípcia, este é mais limitado quando comparado aos homens. Havendo ainda as exigências, em relação às mulheres, no que diz respeito às atribuições da vida privada e familiar e privada.

Em suma as desigualdades de gênero surgiram com a divisão sexual do trabalho e hierarquizou as relações sociais entre homens. Embora, ao longo dos tempos, haja vários casos nos quais as mulheres tem uma participação mais ativa na sociedade, quando observado o caráter relacional, percebe-se haver, para os homens, certa prevalência perante a mulher, que se estende nos mais diversos espaços de conflitos e lutas de poder e desigual.

## **HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

A busca por tentarmos entender o lugar das mulheres na esfera política de

Parintins, suas estratégias para desenvolver ações feministas capazes de lhes permitir protagonizar conquistar espaços de poder caros ao sistema de dominação patriarcal, nos conduz para o campo de reflexão intelectual sobre a história das mulheres e as relações de gênero. A história das mulheres por muito tempo foi silenciada. Elas ficavam como espaço de espectadoras: “tradicionalmente são vistas como espectadoras do teatro no qual se defrontam com seus mestres e senhores, os homens” (DEL PRIORE, 1998, pg. 217).

Este quadro reflete, em certa medida, os resquícios de uma história tradicional, factual e positivista que visava apenas os grandes políticos e grandes acontecimentos, dando voz apenas aos governantes, em geral homens, relegando assim as mulheres a um papel e invisibilidade. Segundo Rachel Soihet,

A história positivista, a partir de fins do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público. Privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem. (SOIHET 1997, p.400).

O local das mulheres nesta historiografia reflete as desigualdades existentes em uma sociedade patriarcal. Pois segundo Elizabete Silva Passos,

(...) o público identifica-se com vida política, vividas por pessoas com o poder de argumentação e de decisão, em oposição a vida privada, que consistia naquela desenrolada na cena do lar, por pessoas que não participavam da polis, como escravo e as mulheres (...). (SILVA PASSOS, 2001, p.24).

Esses dados nos informam qual é o lugar das mulheres na sociedade, “As mulheres são encontradas ‘nas margens’ da sociedade junto com outros grupos como os escravos, os índios os judeus e cristãos-novos, e os homossexuais” (DEL PRIORE, 1998, pg. 227).

Invisibilidade da mulher na historiografia remete a seu lugar social próprio, função que a sociedade lhe impõe, limitadora da sua aparição diante do masculino na sociedade fazendo com que seu protagonismo passe despercebido. Para mudar essa situação é preciso um embate contínuo.

Colocam-se, com isso, os limites e as possibilidades dos indivíduos, a partir de seu sexo. Para os homens, pertencentes ao mundo da polis, do público, o limite e a liberdade; as mulheres, ao contrário, vivem na luta contínua para ultrapassar a limitação que as necessidades impõem. (Passos 2001, p. 24,25).

Uma das principais características do século XX foi a ampliação e consolidação dos movimentos feministas na luta pela ampliação de direitos e cidadania das mulheres. As batalhas travadas nas ruas e no âmbito da sociedade civil refletiram-se nos trabalhos acadêmicos sobre o protagonismo das mulheres. Segundo Mary Del Priore (1998, p. 220), “depois de um primeiro impulso dado a questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa”.

Segundo Heloísa Lara Campos

Outra questão que notamos é a de existência de uma predominância quase que cem por cento de autoras nos trabalhos sobre gênero; por quê? Isso demonstra que a ideologia do patriarcado ainda está presente na cabeça dos pesquisadores, pensam que, estudar gênero, estudar mulher, ainda é uma questão da mulher e eles não tem nada a ver com isso. (CAMPOS, 2008, p.168).

As lacunas sobre o lugar das mulheres, o protagonismo feminista nas produções acadêmicas parece apontar para a relevância de pesquisas e compreensão do protagonismo de Geminiana Campos Bulcão Bringel e suas atuações políticas na vereança parintinense, sua inserção e protagonismo político, iniciado aproximadamente vinte anos após a conquista do direito ao voto feminino e vinte anos antes da explosão feminista no Brasil, ocorrida na década de 1970.

Durante a década de 1970 com a explosão do feminismo e o seu diálogo com a antropologia, a história das mentalidades e a história social rompem com o esquecimento e o silêncio sobre a mulher nesses campos de conhecimento (DEL PRIORE, 1998, pg. 220).

Os avanços do campo da ciência permitiram os estudos sobre os papéis sexuais e permitiu um novo perfil na historiografia podendo então descrever os papéis femininos.

Procurando escrever os papéis femininos chegou-se a decifrar um certo número de práticas específicas que por meio de um jogo de compensações, de interferências simbólicas terminaram por esboçar os traços de uma cultura feminina sem a qual o sentido social não existira. (DEL PRIORE, 1998, pg. 221).

O estudo sobre a história das mulheres não promove rupturas no campo, pois não proporcionou modificações na história tradicional ou até mesmo renovação nos seus métodos: “não se tinha conseguido revolucionar a ciência histórica de dentro para fora, inscrevendo aí uma diferença sexual que fosse além das funções e papeis codificados pelas sociedades masculinas” (DEL PRIORE, 1998, p. 223).

Tal defasagem levou aos historiadores a buscar novas formas de análises. Isso ocorreu por pelo menos por duas razões, segundo Joan Scott:

Primeiro porque a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. (SCOTT, 1989, p. 5).

Uma segunda motivação seria, “os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los” (SCOTT, 1989, p. 05).

O que se obteve com a História das mulheres foi apenas um reconhecimento da participação das mulheres na história, mas sem que ela tivesse alguma interferência na esfera política fazendo com que deixassem de lado a história das mulheres como adendo a história.

No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”). (SCOTT, 1989, p. 05).

Houve a necessidade de um estudo que trouxesse essas contribuições não lucidadas pela história das mulheres. O uso da categoria “gênero” trouxe consigo uma contribuição teórica muito significativa ao considerar as desigualdades presentes na relação entre homem e mulher, pois segundo Heloísa Lara Campos:

Através desse conceito foi possível trabalhar diversas inter-relações entre homem e mulheres, mostrando o poder não só que se realizava na dominação de homens sobre mulheres, mas também de mulheres sobre homens e homens sobre homens. (CAMPOS, 2008, p. 164).

A categoria “gênero” tem mais neutralidade de análise, pois visa a seriedade de um trabalho, tendo em sua essência um conotação imparcial e prática do cunho científico das ciências sociais e afasta-se da política do feminismo.

Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição

sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. (SCOTT, 1989, p. 06).

Ao pensarmos na categoria e olharmos para América Latina, vê-se a problemática da diversidade cultural e linguística, a compreensão dessa diversidade essencial para dar o primeiro passo a uma crítica à construção de estereótipos, as últimas contribuições avançam nas questões como o estudo da mulher e da família, na discussão do feminismo, das relações de gênero e na construção de identidade de como mulheres (MESQUITA, 1997).

### **PROTAGONISMO E FEMINISMO NAS LUTAS POR ESPAÇO NO CENÁRIO PÚBLICO E POLÍTICO**

Para o protagonismo e o feminismo em perspectiva histórica nos remete ao século XIX e que segundo Micheli Rabelo de Souza (2016) situa a segunda metade do século XIX, primeiro momento do feminismo no Brasil, onde se deu as primeiras manifestações a favor do voto feminino. Tal direito ao voto só foi obtido em 1932 e consolidando em 1934, já no novo Código Eleitoral Brasileiro. O segundo momento do feminismo no Brasil, também chamado de segunda onda, foi no regime militar após 1964, que resistiu ao regime e lutou contra a predominância dos homens nos espaços de liderança (SOUZA, 2016). No cenário internacional “em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher” (PINTO, 2010, p.17). A chamada terceira onda no Brasil se deu na década de 1980 com as mulheres participando da redemocratização passando a ter um espaço maior em instituições, partidos políticos, sindicatos e associações. Esses avanços foram graças aos movimentos feministas que questionavam sobre seus direitos que até então eram negados (SOUZA, 2016).

Durante a última década do século XX o movimento feminista seguiu uma tendência de profissionalização através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que focavam mais para a ação unida ao Estado, com o intuito de aprovar medidas protetoras que incluíssem as mulheres e em busca de mais espaço voltada na participação política. As questões mais discutidas nesse período era luta contra a violência contra a mulher (PINTO, p.17).

Mas, especificamente no caso da experiência política de mulheres na sociedade do Baixo Amazonas no século XX uma questão se apresenta. Como as mulheres educadoras, líderes políticas, lidaram com a desigualdade de gênero e com a sociedade patriarcal e como suas lutas, histórias no Baixo Amazonas? Como desenvolveram as estratégias para o rompimento dessa desigualdade?

A dissertação de Michele Rabelo de Souza, do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia em 2016, intitulada *A Presença da Mulher na Política o protagonismo de Eunice Michiles no senado Federal* tem o intuito de verificar a participação das mulheres na política representativa no Brasil, dando ênfase ao protagonismo da ex-senadora Eunice Michiles, e seus projetos voltados para as mulheres, e trazendo algumas conquistas obtidas pelas mulheres até então que contribuíram para a participação das mulheres nesse ambiente ocupado por homens. Traz também as implicações do contexto da época, no final do regime, já na década de 1970, quando Michiles filia-se ao partido ARENA, para imprimir uma imagem de modernidade ao partido. Utilizando entrevistas com mulheres que trabalharam com a ex-senadora, parlamentares, representantes de movimento feminista e pesquisadores da temática de gênero, que deram suas opiniões em relação ao protagonismo da ex-senadora, Souza através das análises de entrevistas e cruzamento de informações sobre a política partidária, movimentos feministas e conjuntura da época, chega à conclusão que enquanto não houver mudanças significativas no sistema político brasileiro e nas estruturas dos partidos, as mulheres não conseguirão numericamente espaço político.

No Brasil a representatividade feminina na política partidária parece ser marcada por fortes restrições, reflexo do nosso sistema patriarcal e das desigualdades de gênero. Uma evidência empírica parece residir no esforço normativo, fruto das pressões dos movimentos feministas, na legislação que ordena o regime de eleição partidária no país. A Lei nº 9.504/97 estabeleceu as normas para eleição e prevê no seu artigo 10º, parágrafo 3º a determinação para que os partidos e/ou coligações devam preencher, na oferta de candidaturas para eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% de representantes de cada sexo<sup>19</sup>.

Dezoito anos depois da lei que estabelece as cotas de gênero nas candidaturas para os pleitos proporcionais, o Tribunal Superior Eleitoral reforça a observância da legislação, supra citada, através da Resolução nº 23.455/2015 do Tribunal Superior

---

<sup>19</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)>. Visitado em 06 de maio de 2018.

Eleitoral<sup>20</sup>.

Os dois dispositivos, o legal e o jurídico, parecem indicar a resistência ou dificuldades para garantir a representatividade das mulheres na arena política partidária brasileira no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Face a esses desafios cabe ao pesquisador iluminar e analisar, em perspectiva interdisciplinar, como se deram as lutas das mulheres no Baixo Amazonas. Quais foram as suas estratégias para romper com as desigualdades de gênero expressas em um espaço fortemente generificado, a casa parlamentar de Parintins, entre 1956 e 1968? Considerando aspectos culturais presentes na pluralidade amazônica, iluminar quais foram as estratégias de resistências ao modelo patriarcal estruturante da sociedade brasileira e vivenciado nas experiências políticas da Ilha Tupinambarana.

### **UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA EMBLEMÁTICA.**

Geminiana Bringel tornou-se a primeira mulher vereadora da Câmara Municipal de Parintins em 1956. Parte das experiências da sua vereança estão registradas nos livros “*História e Memória Política do Município de Parintins*”, publicando as atas legislaturas da Câmara Municipal de Parintins, segundo esta publicação na terceira legislatura (1956-1959). Em 01 de junho de 1956, Geminiana Bulcão comenta o projeto de lei, do então vereador Odovaldo Ferreira Novo, propondo a mudança do nome da praça da Matriz, conhecida como Praça do Sagrado para Praça Padre Torquato.

Em sua justificava o vereador ressalta ter sido o padre quem elaborou o projeto que deu origem a Lei nº 75, de 14 de dezembro de 1857, criando a cadeira do ensino médio primário para o sexo feminino<sup>21</sup>. A leitura da vereadora nos sugere, que muito provavelmente, Geminiana Bringel teria consciência do papel da educação feminina como instrumento útil e eficaz no processo de conquista e ampliação de espaço na sociedade parintinense, vale sublinhar no XIX.

No final de 1957, a Câmara de Vereadores de Parintins teria recebido um telegrama do presidente Juscelino Kubitschek desejando Feliz Ano Novo aos membros da casa. A vereadora em resposta teria externado que quando o presidente visitasse a cidade de Manaus também viesse ao município de Parintins.

Em 1957, devido à reestruturação da comissão técnica a mesma participou como

---

<sup>20</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234552015.htm>>. Visitado em 06 de maio de 2018.

<sup>21</sup> Livro de Atas de 1956-1958, p. 49, verso do livro.

membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e membro da redação final da Câmara Municipal. Em 1958 assumiu o cargo de Raymundo Djard Vieira após o mesmo pedir licença por 60 dias<sup>22</sup>.

Em 1961, Geminiana assumiu uma cadeira na vereança, não mais decorrente da condição de suplente, mas em função do voto direto de seus eleitores. Ao longo de seus mandatos foi membro de várias comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça, e foi presidente da Comissão de Redação Final<sup>23</sup>, presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos e vice-presidente da Comissão de Redação Final<sup>24</sup>. Um dos livros de atas<sup>25</sup> mostra seu posicionamento político em relação a um importante personagem de histórico de Parintins da segunda metade do século XX.

No dia 05 de maio de 1961, Geminiana apresentou o projeto de lei que deu o título de Cidadão de Parintins a Dom Arcângelo Cérqua. Dom Arcângelo nasceu em Giugliano, Província de Nápoles, Diocese de Avers, no dia 02 de janeiro de 1917. Filho de Antonio Cerqua e Maria Assunta Cecere, ingressou no Seminário Menor de Ducenta em 13 de outubro de 1930. Formou-se Padre do PIME, para trabalhar nas missões estrangeiras, recebeu a batina, a tonsura, as ordens menores e por fim o Diaconato e o Presbiterato. Em fevereiro de 1948, Pe. Arcângelo recebe o crucifixo de missionário e é enviado ao Brasil. No dia 29 de maio de 1948, chega a Macapá em companhia de Dom Anselmo Pietrulla, Bispo de Santarém e é empossado vigário de Macapá. No dia 13 de novembro de 1955 chega a Parintins. No dia 15 de março de 1956, Pe. Arcângelo foi nomeado Administrador Apostólico da Prelazia de Parintins e, no dia 1º de maio foi empossado por Dom Alberto Ramos. No dia 03 de fevereiro de 1961, Monsenhor Arcângelo foi nomeado Bispo Prelado de Parintins. Em 1962, Dom Arcângelo começa a construir a atual Catedral Nossa Senhora do Carmo de Parintins e também participa do Concílio Vaticano II neste ano, e nas sessões seguintes até 1965<sup>26</sup>.

Em 1971, Dom Arcângelo Cerqua cria na Prelazia de Parintins o Cursilho da Cristandade. Participou da Conferência Latino Americana de Puebla em 1979. No ano de 1980 teve uma audiência com o Papa João Paulo II. Quatro meses mais tarde, no dia 15 de julho de 1981, Dom Arcângelo muito doente, recebeu do Papa João Paulo II a

---

<sup>22</sup> História e memória política do município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1951. Larice Butel [et.al]. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011. p.149.

<sup>23</sup> Encontrado em Livros de Atas 1960-62, p. 79, frente e verso.

<sup>24</sup> Livro de Atas 1962-64, p. 65 verso e p. 66 frente.

<sup>25</sup> Livro de atas de 1962-64, p.2 verso três.

<sup>26</sup> REVISTA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO PADROEIRA DE PARINTINS. Parintins, Amazonas: 2005.

Bula “*Conferencia Episcopalis Brasiliensis*” elevando a Prelazia de Parintins à Diocese. No dia 11 de maio de 1986, celebrou na Itália 25 anos de Sagração Episcopal e devido sua doença pediu a Sagração de um Bispo coadjutor à Nunciatura Apostólica e foi escolhido o Padre João Rizatti no dia 17 de dezembro de 1987. No dia 5 de julho de 1988, Dom Arcângelo renunciou à Diocese de Parintins, passando a ser Bispo emérito. Faleceu na Itália no dia 21 de fevereiro de 1990<sup>27</sup>. Ainda está por ser investigado qual foi a posição de Dom Arcangelo em relação a inserção à esfera pública e política de uma mulher como Dona Geminiana Bringel. Assim como a percepção dos membros da igreja Católica em relação a este tema.

Uma ata registra o seu requerimento verbal para que haja uma revisão do serviço elétrico; seu discurso tem o tom de protesto<sup>28</sup>. Mais tarde o prefeito José Esteves, segundo o livro de ata, compra com recursos próprios um motor de luz para a cidade<sup>29</sup>.

No último ano da quarta legislatura em 1963 é eleita vice-presidente da Câmara. Durante sua participação na quarta legislatura, sempre pediu revisão dos serviços elétricos da cidade e cobrava fiscalização nas feiras. Foi presidente da Comissão de Redação Final em 1961 e da Comissão de Finanças e Orçamento em 1963. Foi reeleita em 1963 para o mandato entre 1964-1968 e assume um terceiro mandato parlamentar. Nesse período foi a vereadora que mais se posicionou contra o valor do preço da carne no município, e do gerenciamento de verba pública por parte do prefeito. Defendeu a distribuição de água para as áreas mais distantes do centro da cidade, a pavimentação das ruas da cidade e a questão da falta de eletricidade em alguns lugares da cidade<sup>30</sup>.

Na quinta legislatura, entre 1964-1968, foi reeleita presidenta da casa. Durante o último mandato na presidência da Câmara teria assumido interinamente a cadeira de Prefeita de Parintins. Este item é um dos fatos mais citados nos processos de construção de memória dos colaboradores, na trajetória da Professora e Vereadora Geminiana Campos Bringel. Ainda que sua ocupação tenha sido provisória tal evento a situa no locus da primeira prefeita da cidade, segundo os relatos dos colaboradores Raimunda Ribeiro da Silva<sup>31</sup>, Geraldo Medeiros<sup>32</sup>, Ângela Reis<sup>33</sup>, concedidos em locais e ocasiões

---

<sup>27</sup> REVISTA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO PADROEIRA DE PARINTINS. Parintins, Amazonas: 2005.

<sup>28</sup> Livro de Ata 1960-62, p. 87.

<sup>29</sup> História e memória política do município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1951. Larice Butel [et.al]. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

<sup>30</sup> História e Memória Política do Município de Parintins. Larice Butel [et.al]. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

<sup>31</sup> Entrevista por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva realizada no dia trinta de novembro de 2016.

distintas. “Ela ganhou para vereadora ela foi uma que assumiu a prefeitura também na ausência do prefeito ela foi presidente da câmara que era o sonho dela”.<sup>34</sup> Dona Raimunda Ribeiro tem em sua memória esse evento: “olha do período que ela foi presidente era do período que eu já era vereador e eu já era atuante acho que ela foi antes ela foi em exercício”<sup>35</sup>. E seu Geraldo Soares de Medeiros que foi colega na Câmara Municipal de Parintins “ela foi a primeira vereadora de Parintins e a primeira mulher prefeita em exercício. Ela ocupou a prefeitura sem ser eleita, mas ela ocupou várias vezes”<sup>36</sup>.

Na quinta legislatura Geminiana Bulcão assumiu a presidência da câmara após vencer por cinco votos, e sendo a primeira mulher ocupar a Presidência da câmara<sup>37</sup>. Nesse mesma legisla prefeita assumindo o lugar do prefeito Raymundo Dejard Vieira como fica evidenciado nos livros de atas<sup>38</sup>.

Acompanhar a trajetória política de Geminiana Bulcão nos permite estabelecer conexões preciosas entre a História Política Local e a Nacional. Um dos eventos mais rememorados entre os entrevistados, sobre a atuação política de Geminiana Campos Bulcão Bringel, foi fato de ter acompanhado o antecandidato a Presidência da República, Ulysses Guimarães em sua viagem ao Amazonas e Parintins. Provavelmente a viagem se deu entre 1973 e 1974, pois a eleição no Colégio Eleitoral ocorreu em 15 de março de 1974<sup>39</sup>. Tal evento ficou marcado na memória de muitas pessoas do município.

Esse evento ficou na minha mente, sabe? Porque a gente pôde ouvir um cara diferente, com ideias diferentes. E daquelas ideias que a gente fazia aqui em Parintins, revelava daquela ação dele, eu não esqueço nunca isso aí.<sup>40</sup>

Muito provavelmente o Senhor José Maria Pinheiros está fazendo menção às

<sup>32</sup> Entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2016.

<sup>33</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira com Ângela Reis no dia seis de novembro de 2017 em seu escritório de trabalho.

<sup>34</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira com Ângela Reis no dia seis de novembro de 2017 em seu escritório.

<sup>35</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com Raimunda Ribeiro no dia trinta de novembro de 2016 em sua residência.

<sup>36</sup> Entrevista realizada por Roger kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com Geraldo Soares de Medeiros no dia trinta de novembro de 2016 em sua residência.

<sup>37</sup> História e Memória Política do Município de Parintins / Irian Butel; Larice Butel; Jucielle Cursino. – Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.Pg. 26.

<sup>38</sup> Livro de ata 64/69, p. 179.

<sup>39</sup> Título de Eleitor e Curriculum Vitae. In: Acervo Privado de Geminiana Campos Bulcão Bringel.

<sup>40</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com José Maria Pinheiro no dia dissésseis de junho de 2017 em sua residência.

ideias apresentadas pelo anticandidato a presidência da República em viagens por todo o Brasil. A oposição à Ditadura Civil-Militar, parece ter sido o ponto de conexão entre Ulysses Guimarães e Germiniana Bringel. Segundo o relato de Dona Fátima Guedes “ela pertencia a esse partido (MDB), ela se trazia, ela se colocava contra a lógica da ditadura militar”<sup>41</sup>.

Ulysses Silveira Guimarães nasceu em Rio Claro (SP) no dia 6 de outubro de 1916, filho de Ataliba Silveira Guimarães, coletor federal, e de Amélia Correia Fontes Guimarães, professora primária. Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, tendo cursado posteriormente o secundário no Grupo Escolar de Lins (SP). Em 1932 diplomou-se professor primário pela Escola Normal Livre de Lins. Aperfeiçoou seus estudos em São Paulo, no Instituto de Educação Caetano de Campos. Na capital paulista, ministrou aulas particulares e integrou o corpo docente de vários ginásios, lecionando latim e história. Paralelamente, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em que foi presidente da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo e participou das atividades do Centro Acadêmico 11 de Agosto. Em 1939, num concurso literário promovido pela Academia Paulista de Letras, recebeu o título de “O maior prosador da Arcadas”. Em julho de 1940 elegeu-se primeiro vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Bacharelou-se no final do ano e foi o orador da turma. Exerceu a advocacia em São Paulo, especializando-se em direito tributário. No início da década de 1940 foi diretor do Santos Futebol Clube e da Federação Paulista de Futebol. Em 1945, no processo de redemocratização do país, Ulysses ingressou no Partido Social Democrático (PSD), em que permaneceria até a sua extinção em 1965. Foi deputado federal de São Paulo, entre 1951-1961; Ministro da Indústria e Comércio entre 1961-1962; deputado federal de São Paulo, entre 1962-1992; e deputado constituinte, entre 1987-1988.

Ingrid Corrêa na dissertação *Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971-1984)* menciona que o Jornal O Globo noticiou a cobertura da I Convenção Nacional Extraordinária do MDB, ocorrida no Plenário do Senado Federal, em 22 de setembro de 1973. Na ocasião Ulysses Guimarães, então presidente do partido, foi indicado a postular a vaga de Presidente da República tendo como vice-presidente o jornalista Barbosa Lima Sobrinho (Ingrid da Silva, 2001, p. 37).

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned repolho e Júlio Claudio da Silva com Fátima Guedes no dia cinco de dezembro de 2016 em sua residência.

A visita do Doutor Ulysses a Parintins emerge no processo de construção de memória de vários colaboradores. Segundo o Senhor Geral Medeiros, o Doutor Ulysses Guimarães teria sido recebido por Geminiana: “Foi em 68 e 69”<sup>42</sup>. O processo de construção de memória do senhor Medeiros não é preciso, em relação à data de visita, mas é um dos indícios de sua ocorrência. O evento memorável é também citado por outro colaborador. Segundo José Maria Pinheiro: “ela e o partido conseguiu trazer em Parintins o Ulysses Guimaraes pra fazer um comício a noite né, tudo programado, movimentação bacana, o MDB estava com aquela música “MDB, MDB, MDB”, aí preparamos o comício”<sup>43</sup>. Ângela Reis também possui memórias desse ocorrido “ela fez um jantar, hoje aí no centro da praça do Cristo Redentor, aí onde era a Câmara”<sup>44</sup>, e acrescenta a sua participação em um dos jantares feito por Geminiana, “nós fomos para lá pra ajudar a servir”<sup>45</sup>.

Através de alguns relatos podemos encontrar evidências de sua experiência com a desigualdade de gênero durante sua vereança. Como no relato de Ângela Reis, que nos mostra que havia uma maneira para se vestir e frequentar determinados espaços a qual era imposta à mulher, e caso não fosse obedecido era punida.

Olha ela foi a primeira mulher que usou calça comprida aqui em Parintins, né? Então como o povo viu isso como afronta para sociedade e com isso ela foi excomungada pelo bispo, né? Ela foi proibida entrar na igreja, então ela passou muito tempo afastada da igreja, não que ela não fosse né? Ela temia a Deus ela era católica, mas com isso ela deixou de ir à igreja<sup>46</sup>.

Segundo José Maria Pinheiro.

Inventaram um discurso muito triste que diziam assim ela nunca disse isso né? Que ela dizia. -é vocês metem o pau na Geminiana aqui, vocês metem por quê? Venham meter o pau pela frente. Sabe aí o pessoal inventou esse discurso pra tentar diminuí-la como mulher, era muito difícil, ela enfrentou muita dificuldade aqui em Parintins<sup>47</sup>.

---

<sup>42</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com Geraldo Soares Medeiros no dia trinta de novembro de 2016 em sua residência.

<sup>43</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com José Maria Pinheiro no dia dissêsseis de junho de 2017 em sua residência.

<sup>44</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira com Ângela Reis no dia seis de novembro de 2017 em seu escritório de trabalho.

<sup>45</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira com Ângela Reis no dia seis de novembro de 2017 em seu escritório de trabalho.

<sup>46</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira com Ângela Reis no dia seis de novembro de 2017 em seu escritório de trabalho.

<sup>47</sup> Entrevista realizada por Roger Kenned Repolho de Oliveira e Júlio Claudio da Silva com José Maria Pinheiro no dia dissêsseis de junho de 2017 em sua residência.

Trata-se de memória compartilhada que testemunham de discursos pejorativos para desqualificar a mesma. É possível que o diálogo ou os termos adotados pela prefeita e vereadora Geminiana Bringel não sejam exatamente esses. Contudo, a memória compartilhada por pelo menos três colaboradores indicam ter sido adotadas estratégias discursivas em relação à vereança de Dona Geminiana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse investimento de pesquisa propôs mostrar os vários nexos entre o local e o nacional, em diálogo com a historiografia dedicada aos estudos da história das mulheres, das relações de gênero e da história política, e nos trouxe a ver o lugar da mulher e ver a forma que foi esse processo, trazendo contribuições para o estudo do protagonismo político partidário no município de Parintins. Os nexos dessas dimensões da história estão postos na memória dos contemporâneos do protagonismo político dos personagens da pesquisa que deu origem a esse artigo. Assim podemos perceber o protagonismo feminino no espaço público e político em Parintins através da trajetória de Geminiana Bulcão Bringel, o qual nos revela o lugar da mulher nesse período nos espaços generificados do município, que através de suas estratégias consegue romper com o patriarcado.

Esta pesquisa nos possibilitou enxergar a mulher na esfera pública e sua luta para conquista de espaço e para emergir do espaço privado que por muito tempo foi lhe atribuído, surgindo assim no público e no político através de seus embates suas estratégias para romper com as desigualdades de gênero e o patriarcado.

Após a busca por resquícios que buscassem mostrar onde estavam as mulheres na política de Parintins nas décadas de 1950 e 1960 e analisá-los podemos enxergar a inserção de Geminiana Bulcão na política local, que rompe com patriarcado e com as desigualdades de gênero e que faz alianças com grandes nomes desse meio, ligando a cidade ao contexto nacional, tendo influência de discussões amplas e complexas que se dão através da mesma e mostra seu caráter político e sua percepção estratégica para se envolver no meio de sua teia de relações para se manter na arena pública.

Isso nos leva a compreender que ainda falta muito para a mulher se estabelecer nos espaços públicos e políticos, pois sempre lhe foi destinado o privado, mas para se estabelecer faz-se necessário muito mais luta para que consiga. Através deste estudo podemos perceber que no município de Parintins esse passo para as primeiras movimentações que possibilitam o rompimento das desigualdades de gênero, regime

patriarcal e generificação dos espaços, já foi dado por Geminiana e muitas outras vieram após as suas lutas por conquista de espaço e que esse protagonismo ainda pode ser visto através das memórias locais, documentos até então não estudados e relatos pouco ouvidos.

## REFERÊNCIAS

### FONES ORAIS:

Entrevista com Elcy Barbosa da Silva Aguiar realizada na sua residência no dia dois de novembro de 2017.

PIMENTEL, Valdete Preste. Entrevista realizada no dia dois de dezembro 2016.

PINHEIRO, José Maria. Entrevista realizada com no dia dissêsseis de junho de 2017.

RATA, Orlando da Silva. Entrevista realizada no dia 16 de junho de 2017.

REIS, Ângela. Entrevista realizada s no dia seis de novembro de 2017.

RIBEIRO, Raimunda. Entrevista realizada no dia trinta de novembro de 2016.

VALENTE, Clotilde da Cruz. Entrevista realiza no dia um de abril de 2017.

### FONTES IMPRESSAS

BUTEL, Larice, et.al. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

BUTEL, Larice, et.al.. **História e memória política do município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1951**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

**REVISTA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO PADROEIRA DE PARINTINS**. Parintins, Amazonas: ed. AMAZON BEST. 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234552015.htm>>. Visitado em 06 de maio de 2018.

### BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

AMARAL, Alessandra. Movimento orquídeas e a participação feminina na luta pelo direito à moradia em Manaus. **VII jornada Internacional Políticas Públicas**. 2015.

Amazônia: as vozes do rio: imaginário/ Ana Pizarro; tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BUTEL, Larice [et.al] **História e Memória Política do Município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1951**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

CAMPOS, Heloísa Lara. Gênero, Desenvolvimento e a Universidade na Amazônia. In: NORONHA, Nelson Matos; ATHIAS, Renato (orgs.). **Ciências e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividades, gêneros e etnias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. P. 150-168.

CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. **Ulysses Guimarães: Trajetória política de um Liberal-Democrata na Luta na luta contra a ditadura militar (1971-1984)**: dissertação em Historia Social pela Universidade Federal Fluminense 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 169-186.

HARDMAM, Francisco. **A Vingança de Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

História e Memória Política do Município de Parintins / Irian Butel; Larice Butel; Jucielle Cursino. – Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012

MARIA, Silvana. **Gestão Pública, Participação Cidadã de Poder Política**. p. 15-121.

In: \_\_ Gestão da Cidade.

MORIN, Edgar. O Método 5: a humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. 5ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PASSOS, Elizabete Silva. As mulheres e os saberes: construção do gênero nas Universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos social e político. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

PIMENTEL. Valdete Preste. Entrevista realizada no dia 2 de dezembro de 2016.

PINHEIRO, Maria. Gênero e Feminismo no Estado do Amazonas: a luta por direitos dos movimentos de mulheres em Manaus. **Fazendo gênero 10 desafios atuais dos feminismos**, 2013.

PINHEIRO. José Marinho. Entrevista realizada no dia 16 de junho de 2016.

PINTO, Regina Céli Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. in: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2. 3, 1989, p. 3-15.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. A construção da identidade social de gênero. In: SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel e MATOS, Maria Izilda S. de. (org.). **Gênero em debate: Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: **SOS Corpo**, 1991.

SILVA, Marilene. **O País do Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SILVA. Raimunda Riberio. Entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2016.

SOIHET, Rachel. “Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUZA, Boaventura de. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 4. Ed. –São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Michelle. *A Presença da Mulher na Política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal*. 2016.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Trad. De Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

VINENTE, Fabiane. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. **EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA, Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, Pág 94-104.**